



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

A (des)construção identitária negra na universidade e a colonialidade: Reflexões a partir de uma etnografia junto a um coletivo negro

Autoria: João Paulo Siqueira de Araújo (UNB - Universidade de Brasília)

Este work se interessa pela associação entre os feitos das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, a (des)construção de identidades raciais e a colonialidade. Passados 500 anos da invasão promovida por embarcações europeias, as Américas e o Brasil carregam diversos sintomas similares fruto desta história, dentre os quais destaca-se a desigualdade estrutural entre brancos e não-brancos, o que é conhecido como racismo. Nestes contextos, os traços fenotípicos associados à população negra ou indígena determinam, de forma significativa, a experiência subjetiva e material desses indivíduos na realidade social. Historicamente, as universidades atuaram enquanto instituições capazes de determinar quais saberes eram válidos e legítimos nos contextos coloniais. Por terem sido pensadas por e para brancos, os conhecimentos transmitidos pelas universidades faziam parte de uma cosmogonia ocidental, com ideais de homogeneização e universalização do saberes. Dessa forma, os conhecimentos que não iam ao encontro dessas concepções foram destruídos e demonizados juntamente com os sujeitos filiados aos mesmos. A essa negação e apagamento de formas específicas de conhecimento e existência, Grosfoguel (2016) chamou de epistemicídio. No entanto, contemporaneamente, percebemos a (re)existência desses grupos que foram



escravizados e marginalizados durante toda a história do Brasil, inclusive nas universidades. Após a implementação das políticas de ações afirmativas houve um aumento significativo no número de alunos negros nas universidades. A pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília com a adoção do método etnográfico em um coletivo negro acadêmico. Operamos com a técnica de observação participante e naturalística das reuniões, projetos e atividades. E enfatizamos a construção interpretativa e coletiva do conhecimento. Os significados gerados pelas interações entre os sujeitos nesses espaços aponta para a confirmação de que o ingresso na universidade e a atuação em um coletivo potencializa a racialização da auto percepção entre estudantes negros. O ingresso na universidade simboliza tanto uma conquista coletiva quanto individual, mas que também traz inquietações existenciais a respeito de si e de seus pares. Para muitos desses estudantes negros, entrar na universidade se mostrou um marco no processo de construção de identidade, principalmente, no que tange ao auto reconhecimento enquanto pessoas negras e do enfrentamento ao racismo. Os coletivos negros desempenham um papel fundamental neste movimento, uma vez que há identificação e acolhimento vivencial entre os membros, promoção de diálogos e estratégias de resistência. Práticas essas que retomam uma prática tradicional de resistência negra no Brasil, o quilombamento.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: